



A reunião de 18 de janeiro de 2017 teve início às 18 horas. Foi presidida pelo senhor presidente Joaquim Judas e nela estiveram presentes os vereadores: José Manuel Gonçalves, Ricardo Antunes Carneiro, António Matos, Rui Jorge Martins, Francisco Navarro, Joaquim Barbosa, Francisca Parreira, Ivan Gonçalves, António Neves e Francisco Cardina.

A Câmara foi informada dos despachos do senhor presidente e dos senhores vereadores feitos de acordo com as disposições legais e no uso da competência delegada respeitante a: Processos de obras deferidos e indeferidos; Autorizações de pagamento n.º 1 à 154, no valor de 690 764,80 €; Balancete-Saldo – 27 887 350,84 €. Adjudicações: Concurso Público. Adjudicação de Empreitada de «Conservação e Beneficiação de Arruamentos no Concelho de Almada – 3.ª Ação 2016» à empresa Armando Cunha, SA, pelo valor global de 391 953,16 €.

## **I PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **0. ORGÃOS AUTÁRQUICOS**

1. A Câmara Municipal de Almada deliberou aprovar o voto de pesar pelo falecimento de Mário Soares.
2. A Câmara Municipal de Almada deliberou aprovar o voto de pesar pelo falecimento de Marcos Antunes.
3. A Câmara Municipal de Almada deliberou aprovar o voto de pesar pelo falecimento de João Balula Cid.

## **II PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, COMUNICAÇÃO, PROGRAMAÇÃO MUNICIPAL E ASSUNTOS JURÍDICOS**

#### **1.1. ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS**

1. A Câmara Municipal de Almada deliberou aprovar a 1.ª proposta de alteração ao Plano e Orçamento Municipal de 2017.

#### **1.3. ASSUNTOS JURÍDICOS**

2. A Câmara Municipal de Almada deliberou aprovar a aplicação ao arguido, Francisco Alves Santos Nunes, assistente operacional, a pena de multa que se gradua em 100 € suspensa na sua execução pelo período de um ano.



### **3. OBRAS, PLANEAMENTO, ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ARTE CONTEMPORÂNEA**

#### **3.1. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA**

3. A Câmara Municipal de Almada deliberou aprovar o Normativo para Ocupação de Esplanadas, Mobiliário Urbano, Publicidade, Resíduos Urbanos e Acessibilidades, na área de intervenção que engloba a Rua Cândido dos Reis, Largo Alfredo Dinis, Largo dos Bombeiros e o Beco do Bom Sucesso.

4. A Câmara Municipal de Almada deliberou aprovar o estudo para a operação urbanística de remate urbano, referente ao edifício sito na Av. Afonso de Albuquerque, n.º 227, na Costa da Caparica.

5. A Câmara Municipal de Almada deliberou aprovar o estudo para a operação urbanística de remate urbano, referente ao edifício sito na Rua do Almada, n.º 36, na Costa da Caparica.

6. A Câmara Municipal de Almada deliberou aprovar o pedido de alteração à licença do loteamento n.º 731/93.

7. A Câmara Municipal de Almada deliberou indeferir a alteração à licença de loteamento n.º 22/73, titulada pelo Alvará de Loteamento n.º 57/74, apresentada pelo requerente João Pedro Neto Ribeiro Durão.

#### **3.5. CENTRO DE ARTE CONTEMPORÂNEA**

8. A Câmara Municipal de Almada deliberou aprovar o preço de venda das seguintes publicações:

- *Graça Morais – Metamorfoses* (livro) – 5 €;

- *Maria Beatriz – Trabalho de Casa* (livro) – 10 €.

### **4. DESENVOLVIMENTO SOCIAL INTEGRADO**

#### **4.2. CULTURA**

9. A Câmara Municipal de Almada deliberou:

a) Aprovar a celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Almada e a União de Resistentes Antifascistas Portugueses;



b) Aprovar a atribuição de apoio financeiro no valor de 1500 € para o desenvolvimento de atividades no Município de Almada relacionadas com a promoção dos valores democráticos.

## **5. AMBIENTE, MOBILIDADE, ENERGIA, VALORIZAÇÃO URBANA E PROTEÇÃO CIVIL**

### **5.1. ENERGIA, CLIMA, AMBIENTE E MOBILIDADE**

10. A Câmara Municipal de Almada deliberou:

a) Aprovar a reformulação do Fundo Climático «Almada Carbono Menos», de forma a torná-lo um fundo «auto-renovável»;

b) Determinar que o funcionamento do fundo passa a adotar o procedimento onde se definem as várias fases do fluxo e o modo de avaliação dos potenciais projetos, quais os serviços municipais envolvidos, os critérios e os indicadores de avaliação, os fluxos financeiros com impacto no orçamento dos vários departamentos envolvidos e as medidas de prevenção caso o projeto implementado não esteja de acordo com o definido inicialmente;

c) Aprovar o Memorado de Compromisso tripartido a envolver o DECAM, o DAF e qualquer serviço municipal beneficiário das medidas de poupança a concretizar;

d) Determinar que a avaliação e monitorização dos projetos a analisar seja sujeita a uma verificação independente pela AGENAL – Agenda Municipal de Energia de Almada;

e) Considerar uma dotação anual para o Fundo Climático «Almada Menos Carbono» de 300 000 €, valor que pode ser ajustado em função de oportunidades de financiamento para medidas e projetos de EE e ER, designadamente programas nacionais e europeus, em sede de alteração ou revisão orçamental.

11. A Câmara Municipal de Almada deliberou aprovar a proposta de condições de participação e de inscrição para o funcionamento das «Hortas Municipais da Quinta do Texugo», localizadas na Charneca de Caparica.

## **6. INTERVENÇÃO SOCIAL, QUALIFICAÇÃO DE MERCADOS E SERVIÇOS URBANOS**

### **6.1. INTERVENÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO**

12. A Câmara Municipal de Almada deliberou aprovar a atribuição de subsídios, no valor global de 2706,80 € que corresponde a tranche única, às candidaturas das entidades elegíveis no âmbito do Programa de Apoio a Projetos Socioeducativos –



PAC 2016/2017, a atribuir às seguintes instituições de infância da rede solidária, pré-escolar:

- Santa Casa da Misericórdia de Almada – 1305 €

Complexo «A Casinha» - Projeto: «Vale Figueira pelos olhos das crianças» – 375 €;

Centro Comunitário PIA 1 - Projeto: «LiteraPia – Terapia Literária para miúdos e graúdos» – 455 €;

Centro Social da Trafaria - Projeto: «A Igualdade Género é uma coisa que temos de partilhar» – 475 €.

- Centro Social Paroquial de Vale Figueira – 500 €

Projeto: «Tudo é possível quando experimentamos».

- Centro Comunitário Promoção Social Laranjeiro Feijó - 601,80 €

Projeto: «Semear com amor...para colher com valor» - 300 €;

Equipamento Extensão Laranjeiro - Projeto: «O Cantinho dos Sabores II» - 301,80 €;

- Associação Solidariedade de Desenvolvimento do Laranjeiro – 300 €

Projeto: «Semear + Cidadania».

### **III. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DA POPULAÇÃO**

### **IV. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

## PROCEDIMENTO *Fundo Climático de Almada “Auto-renovável”*

No âmbito do projeto Infinite Solutions\*, co-financiado pelo programa Intelligent Energy Europe da Comissão Europeia, desenvolveram-se trabalhos de reformulação do Fundo Climático “Almada Carbono Menos” de forma a torna-lo um fundo “auto-renovável”.

Na prática, esta (r)evolução envolve a incorporação de parte das poupanças geradas com a concretização das medidas de eficiência energética (EE) / aproveitamento de energias renováveis (ER) financiadas por este instrumento e a captura dessa margem para posterior investimento noutras medidas, aumentando o potencial de redução dos consumos de energia e a poupança na fatura associada ao desenvolvimento das atividades municipais.

De acordo com o procedimento a adoptar, parte das poupanças é posta à disposição do serviço municipal que beneficia da medida, através de majoração de uma rubrica orçamental que, a ser aprovada, lhe esteja afeta no ano seguinte às poupanças verificadas, como forma de incentivo à concretização de medidas de uso racional de energia.

Para que este fluxo seja possível, estabelece-se o seguinte **procedimento** que deverá ser seguido para cada um dos projetos candidatos ao Fundo Climático de Almada na sua componente “auto-renovável”:

- 1. Pré-seleção de medidas:** Por proposta do serviço beneficiário ou do Gestor do Fundo (DECAM), e após análise de faturas e da auditoria energética simplificada, efetua-se um levantamento de soluções/medidas;  
Com o apoio técnico da AGENEAL, essas medidas são objecto de análise custo-benefício (recorrendo a indicadores de CO<sub>2</sub>, kWh e €);  
Nesta fase averigua-se também a elegibilidade da medida proposta e se o financiamento através do fundo é parcial ou total.
- 2. Definição da medida de poupança energética e/ou de produção de energia renovável** pelo DECAM e serviço beneficiário (responsável pelo equipamento/sistema e beneficiador de poupança), e os termos do compromisso a estabelecer entre intervenientes, atento o Memorando de Compromisso aprovado pela Câmara Municipal de Almada;
- 3. Identificação da rubrica PPI/PAM do serviço beneficiário** que receberá parte das poupanças;
- 4. O Memorando de Compromisso** tripartido (DECAM – Serviço Beneficiário – DAF) contém os seguintes pontos:

- 4.1. Designação da Medida;
- 4.2. Previsão de poupança energética ou da receita gerada anual (incluindo indicadores CO<sub>2</sub>, kWh e € / ano): **PT**
- 4.3. Custo de investimento (€): **I**
- 4.4. Período de retorno simples (ano): **[PRS = I/P]**
- 4.5. Fator economia de energia: **[FEE = nº anos de vida útil investimento (v.u.)/PRS]**
- 4.6. Taxa de reversão de poupança para o Fundo: **[TRF = 1/FEE]**
- 4.7. Taxa de reversão para rubrica do Serviço Beneficiário: **[TRB = 1 - TRF]**

Notas:

- a. A percentagem de reversão de poupança para o Fundo é o inverso do fator de economia de energia. Quanto menor o fator, maior a % de reversão para o fundo, até um limite máximo de 95% e com um valor mínimo de 50%;
  - b. Projetos cujo fator de economia de energia seja menor que 1 não deverão ser considerados para financiamento pelo fundo, excetuando os casos em que os custos de oportunidade sejam evidentes ou para fins de demonstração. Nestas situações a avaliação é feita caso a caso.
- 4.8. Definição de requisitos de operação e manutenção (se aplicável)
- Caso a medida inclua obrigatoriedade de operação e manutenção, deverão ficar claras as responsabilidades dos diferentes serviços municipais envolvidos nessas tarefas;
- 4.9. Garantia de cumprimento do acordo
- Caso o Serviço Beneficiário não cumpra (ou não fizer cumprir) a boa aplicação da medida, designadamente os termos de manutenção e operação acordados no ponto anterior, não receberá o valor de incentivo **PB** acordado no ano posterior em que for detetado o incumprimento;
- Se o incumprimento persistir, o orçamento anual da rubrica escolhida do Serviço Beneficiário (ponto 3.) tem uma penalização nos anos seguintes, e até ao termo dos fluxos financeiros previstos (-**PT**). Pretende-se desta forma assegurar a sustentabilidade e reembolso do fundo climático e não onerar de forma imprevista o orçamento do DAF para a aquisição de energia.

5. **Realização do investimento:** Ano n, DECAM faz investimento, com base no Fundo;

6. **Monitorização e informação da poupança anual** pela AGENEAL, com o apoio do DAF, DECAM e Serviço Beneficiário (controlo do ponto 4.2);
7. **Cálculo de fluxos financeiros para elaboração de orçamento anual:** com base na informação de poupança (a ser fornecida a partir de Setembro do ano n+1), os orçamentos (a partir do ano n+2), terão os seguintes movimentos:
- ↳ **DAF-DPAT: - PT**, (rubrica PAM)  
em que PT representa a poupança na fatura energética em €;
  - ↳ **Serviço Beneficiário: + PB** (em rubrica a acordar e de preferência em PPI)  
**PB** corresponde ao valor da poupança que reverte para o beneficiário e é igual a **PT x TRB**
  - ↳ **DECAM (Fundo de Investimento): + PF**  
**PF** corresponde ao valor da poupança que reverte para o fundo e é igual a **PT x TRF**

Nota: **PT = PB + PF**

Estes valores repetir-se-ão até ao limite do número de anos de vida útil do investimento: quanto maior o número de anos de vida útil do Investimento, maior o potencial de reembolso e alavancagem do Fundo.

**Almada, Maio de 2016**

\* **Projecto INFINITE Solutions** (*INnovative FINancing for Local SusTainable Energy Solutions*) Soluções de financiamento inovadoras para a energia local sustentável)



## **Memorando de Compromisso**

### **na concretização de medidas de eficiência energética (EE) e aproveitamento de energias renováveis (ER) pelo Fundo Climático “Almada Carbono Menos”**

Considerando que é objetivo da Câmara Municipal de Almada reduzir a intensidade energética e carbónica no exercício das suas actividades, melhorando dessa forma o seu desempenho ambiental e diminuindo a sua fatura de energia:

Considerando que está consagrado em orçamento municipal, através de rubrica de PPI, o Fundo Climático “Almada Carbono de Almada”, criado em 2009 para promover o investimento em projectos municipais de eficiência energética (EE) e/ou aproveitamento de energias renováveis (ER) e o qual no âmbito do projeto Infinite Solutions, co-financiado pelo programa *Intelligent Energy Europe* da Comissão Europeia, foi reformulado num fundo “auto-renovável”;

Considerando a avaliação efetuada, nos termos do procedimento anexo ao presente Memorando de Compromisso, da medida de eficiência energética e/ou aproveitamento de energias renováveis adiante identificada;

A Câmara Municipal de Almada estabelece para

- A) O DECAM, Departamento de Energia, Clima, Ambiente e Mobilidade, como gestor do fundo climático associado a rubrica orçamental de PPI;
- B) O DAF, Departamento de Administração e Finanças, como o gestor dos contratos de fornecimento de energia e do Orçamento Plurianual;
- C) e o \_\_\_\_\_, serviço municipal em concreto que é beneficiário da medida de EE e/ou ER identificada no ponto 1;

as seguintes regras compromissórias na articulação e interação de fluxos financeiros entre serviços municipais:

#### **1. Definição da medida de EE e /ou ER a financiar pelo Fundo Climático**

↳ **Designação da medida:** *(incluir descrição breve da medida a implementar)*

↳ **Previsão de poupança energética ou receita gerada anual:**  
*(incluir indicadores CO<sub>2</sub>, kWh e €/ano)*

- **Poupança/receita, PT [€/ano]:**
- **Economia de energia [kWh e € / ano]:**
- **Emissões evitadas [kg CO<sub>2</sub>eq/ano]:**



- ↳ **Período de retorno simples,  $PRS=I/PT$  [ano]:**
- ↳ **Custo de investimento,  $I$  [€]:**
- ↳ **Número de anos de vida útil investimento, v.u. [ano]:**
- ↳ **Fator economia de energia,  $FEE = v.u. / PRS (\geq 1)$ :**  
*(Projetos cujo fator de economia de energia seja menor que 1 não poderão ser considerados para o fundo, exceto em casos em que os custos de oportunidade sejam evidentes ou para fins de demonstração. Nestas situações a avaliação é feita caso a caso.)*
- ↳ **Taxas de reversão da poupança para o fundo e para o beneficiário:**
  - **Taxa de reversão de poupança para o Fundo,  $TRF = 1/ FEE$  ( $0,50 \leq TRF < 0,95$ )**
  - **Taxa de reversão para rubrica do beneficiário,  $TRB = 1 - TRF$  ( $0,05 < TRB \leq 0,50$ )**

## 2. Fluxos financeiros

O DECAM, como gestor do fundo climático associado a rubrica orçamental, fica comprometido a fazer o investimento identificado no ponto anterior.

Com base na informação de poupança (a ser fornecida a partir de Setembro do ano  $n+1$ ), os orçamentos (a partir do ano  $n+2$ ), terão os seguintes movimentos:

- ↳ **DAF-DPAT: - PT**, (rubrica PAM)  
em que PT representa a poupança na fatura energética em €;
- ↳ **Serviço Beneficiário: + PB** (em rubrica a acordar e de preferência em PPI)  
**PB** corresponde ao valor da poupança que reverte para o beneficiário e é igual a **PT x TRB**
- ↳ **DECAM (Fundo de Investimento): + PF**  
**PF** corresponde ao valor da poupança que reverte para o fundo e é igual a **PT x TRF**

Nota: **PT = PB + PF**

Estes valores repetir-se-ão até ao limite do número de anos de vida útil do investimento: quanto maior o número de anos de vida útil do Investimento, maior o potencial de reembolso e alavancagem do Fundo.

A monitorização e informação da poupança anual será efetuada pela AGENEAL, com o apoio do DAF, DECAM e Serviço Beneficiário.

### 3. Requisitos de operação e manutenção (se aplicável)

*(Deverão ser detalhadas operações de manutenção e operação, periodicidade e entidades responsáveis. No caso de o sistema exigir um plano de manutenção, o mesmo deverá ser anexado a este acordo.)*

Caso o Serviço Beneficiário não cumpra (ou não fizer cumprir) a boa aplicação da medida, designadamente os termos de manutenção e operação definidos, não receberá o valor de incentivo PB acordado no ano posterior em que for detetado o incumprimento.

Se o incumprimento persistir, o orçamento anual da rubrica escolhida do Serviço Beneficiário (ponto 2) tem uma penalização nos anos seguintes, e até ao termo dos fluxos financeiros previstos **(-PT)**. Pretende-se desta forma assegurar a sustentabilidade e reembolso do fundo climático e não onerar de forma imprevista o orçamento do DAF para a aquisição de energia.

### 4. Tabela resumo de avaliação da medida

Incluir tabela tipo, com a avaliação quantitativa e qualitativa de cada indicador de acordo com a seguinte escala:

 **fraco** | 
  **razoável** | 
  **bom** | 
  **muito bom** | 
  **excelente**

	Valor	Escala
<b>Economia de energia [kWh/ano]:</b>		
<b>Poupança/receita - PT [€/ano]:</b>		
<b>Emissões evitadas [kg CO<sub>2</sub>eq/ano]:</b>		
<b>Investimento - I [€]:</b>		
<b>Período de retorno simples PRS=I/PT [anos]:</b>		

Almada, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Pelo \_\_\_\_\_ (Serviço Beneficiário)

\_\_\_\_\_



**Assunto:** Reformulação do Fundo Climático de Almada “Almada Carbono Menos”, como fundo “Auto-renovável”

**Proposta Nº** XXX-2016 [DECAM]

**Pelouro:** 5. AMBIENTE, MOBILIDADE, ENERGIA, VALORIZAÇÃO URBANA E PROTECÇÃO CIVIL

**Serviço Emissor:** 5.1 Energia, Clima, Ambiente e Mobilidade

**Processo Nº** \_\_\_\_\_ *Preenchimento manual*

## PROPOSTA

### Reformulação do Fundo Climático de Almada “Almada Carbono Menos”

O Fundo Climático “Almada Carbono Menos” foi instituído pela Câmara Municipal de Almada (CMA), por deliberação em reunião de Câmara de 20 de Maio de 2009, aprovada por unanimidade. Este instrumento visou internalizar o impacto carbónico das diversas atividades da CMA e fomentar o investimento municipal nas áreas da eficiência energética (EE) e utilização de fontes de energia renováveis (ER), tendo por base a compensação financeira de parte das emissões de CO<sub>2</sub> intrínsecas à sua atividade.

Desde a sua criação, o fundo financiou a concretização de diversas medidas, incluindo a instalação de sistemas de telegestão e regulação da iluminação pública, produção de água quente solar em equipamentos desportivos municipais, semaforização 100% LED, iluminação eficiente em edifícios públicos, reforço da inércia térmica da envolvente de edifícios, certificação energética de edifícios, aquisição de veículos elétricos, entre outras. A materialização destes projetos gerou reduções significativas nos consumos de energia e contribuiu para diminuir a intensidade carbónica da CMA no desempenho das suas atividades, e dessa forma para o cumprimento de compromissos internacionais assumidos pelo Município no âmbito do combate às alterações climáticas, como o Pacto de Autarcas, o Pacto das Cidades sobre o Clima (Pacto da Cidade do México), e mais recentemente a Declaração de Paris dos Eleitos Locais.

Entre 2009 e 2016, o fundo climático “Almada Carbono Menos” traduziu-se no investimento de 1,6 milhões de euros em medidas de EE e ER, que permitiram evitar as emissões de



953 tCO<sub>2</sub>, reduzir o consumo de energia de 2.986.583 kWh/ano e diminuir a fatura energética 375.058,15 €.

A proposta oferece a possibilidade de aprofundar a aplicação deste fundo climático através da captura das poupanças geradas, para que estas se tornem mais visíveis e possam servir para realimentar o fundo, aumentando a capacidade de investimento em EE e ER. Um novo procedimento pode também melhorar o acompanhamento da concretização e monitorização das medidas, garantindo que o potencial de poupança é atingido.

Neste sentido, no contexto do projeto *INFINITE Solutions, INnovative FINancing for Local Sustainable Energy Solutions* (Soluções de financiamento inovadoras para a energia local sustentável), co-financiado pelo programa Intelligent Energy Europe da Comissão Europeia, e do qual a CMA é parceira, desenvolveram-se os estudos de reformulação do Fundo Climático “Almada Carbono Menos”, com o objetivo de o tornar um fundo “auto-renovável”.

Esta evolução envolve uma avaliação financeira das poupanças geradas pelas medidas de EE/ER financiadas por este instrumento e a captura dessa margem para posterior investimento noutras medidas, aumentando o potencial de redução dos consumos de energia e a poupança na fatura energética associada ao desenvolvimento das atividades municipais.

De acordo com o procedimento proposto, parte das poupanças é também captada pelo serviço municipal que beneficia da medida, através de majoração de uma rubrica orçamental que lhe esteja afeta no ano seguinte às poupanças verificadas, como forma de incentivo à concretização de medidas de uso racional de energia.

Importa ainda destacar que o aprofundamento do funcionamento do Fundo Climático “Almada Carbono Menos” concorre para a concretização das linhas de orientação 2.20 e 7.14, inscritas nas Opções do Plano de Atividades e Orçamento 2016 da Câmara Municipal de Almada.

Assim,

- considerando a importância em adotar soluções de financiamento inovadoras que permitam ultrapassar barreiras e reforçar o investimento em EE e ER;
- considerando que a concretização destes projetos permite reduzir os consumos de energia e as emissões de carbono e pode gerar poupanças significativas no orçamento municipal;



- considerando que é relevante capturar as poupanças geradas, de forma a alavancar o fundo disponível para investimento futuro em projetos similares;
- considerando que a Câmara Municipal de Almada está empenhada em intensificar o esforço de redução das emissões de gases com efeito de estufa e assim em dar o seu contributo local para mitigar o problema global das alterações climáticas e a limitar o aumento médio da temperatura do Planeta a um tecto até 2 °C, relativamente aos valores pré-industriais.

***PROPÕE-SE que, ao abrigo do disposto nas alíneas d), ee) e aaa) do artigo 33º do Anexo à Lei 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara Municipal de Almada delibere:***

1. Reformular o Fundo Climático “Almada Carbono Menos”, de forma a torná-lo um fundo “auto-renovável”, ou seja, que capture as poupanças geradas pelas medidas de eficiência energética/aproveitamento de energias renováveis financiadas por este instrumento, utilizando essa mais-valia para posterior investimento noutras medidas similares.
2. Determinar que o funcionamento do fundo passe a adotar o procedimento constante do Anexo 1, onde se definem as várias fases do fluxo e o modo de avaliação dos potenciais projetos, quais os serviços da CMA envolvidos, os critérios e indicadores de avaliação, os fluxos financeiros com impacto no orçamento dos vários departamentos envolvidos e as medidas de prevenção caso o projeto implementado não esteja de acordo com o definido inicialmente (Anexo 1).
3. Aprovar o Memorando de Compromisso tripartido a envolver o DECAM, o DAF e qualquer serviço municipal beneficiário das medidas de poupança a concretizar (Anexo 2).
4. Determinar que a avaliação e monitorização dos projetos a analisar seja sujeita a uma verificação independente pela AGENEAL, Agência Municipal de Energia de Almada, por forma a garantir a correta avaliação das poupanças geradas e que a redução de emissões de CO<sub>2</sub> seja efetiva.
5. Considerar uma dotação anual para o Fundo Climático “Almada Carbono Menos” de 300.000,00 € (trezentos mil euros), através da rubrica de PPI 3/I/2009, valor que pode ser ajustado em função de oportunidades de financiamento para medidas e projetos de EE e ER, designadamente programas nacionais (POSEUR, POR Lisboa, FEE - Fundo de Eficiência Energética) e programas europeus, em sede de alteração ou revisão orçamental.



**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

---

**Seguimento:**

**CMA, DECAM**

---

**CMA, DMAG/DAF - Divisão Financeira**

---